**Ata nº 292/2018**. Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, realizou-se na sala de reuniões dos Conselhos, na Rua Nereu Ramos, setenta e cinco D, Edifício CPC, Centro, município de Chapecó/SC a reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos do Idoso. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Ana Lucia Marcalesk, Clodoaldo Antônio De Sá, Joanna de Paula Mynarski, Odalir Schneider, João Maria Almeida da Silva, Ires Domingos Hubber, Juvita Kilian Maciele, Sandra Lopes Hauser, Elenira Holzapfel, Ciro Villa Sanches, Ediane Bergamin, Auriane Parisotto Câmara e Fátima Ferretti Tombini, Marcos Felipe Marcon e Juliane Valentini representando a Secretaria Executiva e o delegado Gabriel Luiz Marcondes representando a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso/DPCAMI. Primeiramente, o presidente senhor Odalir Schneider desejou boas vindas a todos(as), e deu início às discussões da pauta, conforme segue: 1. **Leitura e aprovação da pauta:** Solicitou que a secretária Ediane Bergamin fizesse a leitura da pauta, que posteriormente, foi aprovada pelos conselheiros. **2. Leitura e aprovação da ata:** A Ata 291/2017 foi aprovada e assinada pelos conselheiros **3. Aprovação da justificativa de faltas de conselheiros(as):** justificou falta a conselheira Damiana F. de Mello. **4. Presença do delegado da DPCAMI – denúncias disque cem e 5. Denúncias recebidas em dois mil e dezoito:** Opresidente Odalir Schneider passou a palavra ao novo Delegado da DPCAMI, senhor Gabriel Luiz Marcondes, representando o delegado titular que não pôde se fazer presente. Assim sendo, o delegado Gabriel relatou que está há cerca de dois meses na cidade, que tem recebido muitas denúncias em relação à violência contra a mulher, porém, contra idosos não tem recebido; que ao chegar ao novo espaço de trabalho não recebeu informações acerca de como ocorre o fluxo de envio/recebimento das denúncias de violências contra os idosos, e nesse sentido, sugeriu que um novo fluxo seja estabelecido para dar prosseguimento aos trabalhos. O conselheiro Clodoaldo de Sá relatou a dificuldade que existe em se provar que determinadas agressões acontecem e que muitas vezes se repetem, porque o medo ainda permeia as relações do idoso com os possíveis agressores. Há uma possível demora na averiguação das denúncias, até porque há um acúmulo de denúncias que a delegacia ainda não atendeu. Juliane Maria Valentini da Secretaria Executiva dos Conselhos repassou que existem onze denúncias a serem averiguadas do ano de dois mil e dezessete, e oito novas denúncias do corrente ano. O delegado Gabriel Luiz Marcondes sugeriu que, caso o conselho tenha condições de relatar as denúncias que são mais graves, ele priorizará as mesmas para serem investigadas primeiro e, posteriormente, as que seriam menos graves. Com isso, o delegado Gabriel Luiz Marcondes se dispôs a verificar quem está recebendo as denúncias acerca das violências contra os idosos na DPCAMI, para viabilizar o fluxo e atendimento das denúncias o mais breve possível, visto que ele não está recebendo as mesmas. Juliane repassou o e-mail do CMDI para que o delegado Gabriel possa responder como será organizado este fluxo. Juliane informou também que o município cedeu uma assistente social para a DPCAMI, que auxilia na averiguação das denuncias. Nos casos em que não é aberto inquérito por falta de provas o fato é encaminhado ao CRAS para acompanhamento, ou ao CREAS conforme o caso. Quando da existência de provas da violência é aberto inquérito e encaminhado ao judiciário. Destacou ainda, que algumas denúncias são encaminhadas diretamente para os CRAS a fim de que sejam verificadas antes de serem encaminhadas à delegacia, geralmente quando são feitas diretamente ao Conselho. A conselheira Silvana Hoffmann Velasques Moreira reiterou a necessidade de se estabelecer fluxos que organizam os encaminhamentos dados às denúncias, senão do contrário elas não serão vistas, já que muitas outras demandas também chegam à delegacia (relativas à mulher e a criança e adolescente) e precisam ser atendidas de imediato. O conselheiro Ciro Villa Sanches ponderou que as averiguações das denúncias muitas vezes não possuem um desfecho positivo visto que o medo ainda permeia as questões das violências contra os idosos, os quais negam a informação de que há violência. Sandra Lopes Hauser representante da Secretaria Municipal de Educação/SEDUC relatou estar iniciando hoje sua participação neste Conselho, e questionou se antes do delegado Gabriel Luiz Marcondes este conselho obtinha respostas vindas da DPCAMI. Juliane Maria Valentini da secretaria Executiva respondeu que sim, que em vários momentos o Conselho recebeu retorno acerca das denúncias, mas reiterou que poucas denúncias acabam tornando-se inquéritos, confirmando assim, a dificuldade em se provar que o idoso está vivenciando maus tratos ou outros tipos de violências. O presidente senhor Odalir Schneider sugeriu que se verifique se a assistente social do município, cedida à DPCAMI, ainda está nesta função, para que se organize, então, os fluxos de atendimento às denúncias e o Conselho possa cumprir com seu papel fiscalizatório nesse sentido. O Delegado Gabriel pediu para se retirar da reunião em função de outros compromissos. O Presidente agradeceu pelo atendimento do pedido do Conselho pela presença deste. **6. Planejamento de atividades:** O conselheiro Ciro Villa Sanches sugeriu uma campanha para bem tratar e acolher os idosos; o presidente Odalir Schneider falou que esta é uma função do CMDI. O conselheiro Clodoaldo de Sá salientou que acontecerá o Simpósio Catarinense de Geriatria e Gerontologia em Chapecó, e que o Conselho poderá firmar parcerias para uma campanha de sensibilização acerca da violência contra idosos; Auriane Parisotto lembrou que o dia quinze de junho marca o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, podendo a campanha estar associada a esta data. A conselheira Ires Domingos Hubber trouxe um questionamento aos demais conselheiros: o que acontece quando o idoso é a pessoa violenta contra os demais? Relatou que conhece um caso difícil onde a nora é doente e frequentemente sofre violência supostamente provocada pela idosa. Juliane Maria Valentini da Secretaria Executiva orientou encaminhar o caso para o Centro de referência de Assistência Social/CRAS da região onde a família reside para que esta seja acompanhada. A conselheira Auriane Parisotto propôs que seja realizada uma ação no dia do idoso, comemorado no dia primeiro de outubro, aproveitou para pedir licença e se retirar, pois tinha outro evento em seguida. Ainda sobre o planejamento, Juliane expôs que no próximo ano haverá a conferência do idoso, e que este evento precisa ser organizado pelo conselho. A conselheira Ediane Bergamin comentou que foi inserido na tabela do Sistema único de Saúde/SUS, através do sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde/(SIGTAP), o procedimento “Avaliação multidimensional da pessoa idosa”, para que seja realizada no âmbito da Atenção Básica, e como forma de fortalecer as estratégias de atendimento aos idosos propôs uma capacitação acerca da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, com o objetivo de sensibilizar os profissionais para o atendimento dessa população vulnerável, bem como ampliar as discussões acerca das estratégias para atendimento e detecção das violências contra esta população. **7. Inscrição do CCI e abrigo domiciliar junto ao CMDI:** a conselheira Joana de Paula Minaraski falou que há um Manual do Ministério Público sobre as instituições de longa permanência que podem auxiliar a comissão que organizará o roteiro de inscrição do Centro de Convivência do Idoso/CCI e abrigo domiciliar. Ainda, Juliane reforçou que os conselheiros que estão nesta comissão são: Clodoaldo de Sá, Elisonia Carin Renk, Otília Cristina Coelho Rodrigues, Ires Domingos Hubber e o presidente Odalir Schneider. A comissão precisa dar continuidade a avaliação da documentação e realizar visitas para proceder ou não a inscrição dos serviços de acolhimento junto ao Conselho, que estão pendentes desde o ano passado. Na sequência expôs que houve uma mudança na Lei Estadual de transporte intermunicipal. O novo texto da Lei quinze mil cento e oitenta e dois de vinte e seis de maio de dois mil e dez incluiu o Artigo oitavo - A. “As empresas prestadoras de serviços de transporte ficam obrigadas a tornar pública a gratuidade prevista na presente Lei, por meio de cartaz afixado em seus guichês ou agências que comercializam passagens, em local de fácil acesso e visibilidade”. A nova redação está na Lei dezessete mil quatrocentos e cinqüenta e cinco de dois mil e dezoito. Para averiguar se a Lei está sendo cumprida, o presidente Odalir Schneider colocou-se à disposição para visitar a rodoviária intermunicipal e verificar in loco a questão. A conselheira Ires Domingos Hubber falou que a empresa Ouro e Prata cadastrou os ônibus com bancos semileitos para, assim, não precisar disponibilizar leitos convencionais para os idosos conforme especifica a legislação. **8. Correspondências expedidas:** encaminhado ofício de resposta ao Promotor da décima terceira Promotoria de Justiça em resposta ao e-mail recebido em quinze de dezembro de dois mil e dezoito, conforme segue: “Excelentíssimo Promotor, Em resposta ao vosso e-mail, datado de quinze de dezembro de dois mil e dezessete, com questionamentos ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, apresentamos as respostas, conforme segue: Destacamos que não há Fundo Municipal dos Direitos do Idoso instituído no município de Chapecó para que este Conselho possa deliberar sobre os recursos específicos desta política. Com relação as demais políticas públicas, o Conselho recebeu a primeira prestação de contas, realizada pela Secretaria de Assistência Social/SEASC, dos recursos aplicados na política de Assistência Social, fazendo um recorte para o atendimento ao idoso, no dia dezessete de março de dois mil e dezessete, referente aos recursos do ano de dois mil e dezesseis, os quais foram aprovados. Na oportunidade ficou acordado com a representante da Secretaria que seriam feitas prestações de contas periódicas ao Conselho. No ano de dois mil e quinze não houve nenhuma prestação de contas ao Conselho. O CMDI não emitiu parecer, ou foi consultado, nos anos de dois mil e dezessete e dois mil e dezoito quanto a projetos, programas ou outras políticas públicas de atenção ao idoso. Em dois mil e dezesseis houve uma apresentação dos serviços de atendimento pela SEASC em reunião plenária do Conselho. Ainda, nos anos de dois mil e dezesseis e dois mil e dezessete houve discussões, apresentação de documentos e visitas aos serviços de acolhimento (abrigo domiciliar e instituição de longa permanência para idosos) com o objetivo da inscrição destes no Conselho Municipal dos Direitos do idoso, a pedido do Conselho”. **9. Correspondências recebidas:** e-mail de quinze de dezembro de dois mil e dezessete referente a inquérito número 06.2017.00006870-2 sobre efetiva participação do Conselho Municipal do Idoso nas Políticas Públicas Municipais; recebido ofício circular número sete de dois mil e dezessete da senhora Marília Felício Fragoso, Presidente do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, encaminhando denúncias de maus tratos ao idoso, realizadas através do disque cem; e-mail do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina que solicita a fiscalização da Lei número quinze mil cento e oitenta e dois de vinte e seis de maio de dois mil e dez, que assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais para idosos. A conselheira senhora Ires Domingos Hubber fala que os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul utilizam um cartão, sendo que Santa Catarina não possui, disponibilizando apenas o extrato do Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS como comprovante de renda para adquirir as passagens com o benefício da gratuidade, e revela que muitas empresas não aceitam o documento, criando possivelmente, uma dificuldade na aquisição das passagens relativas ao benefício da gratuidade. **10. Informes:** Juliane Valentini informou que nas próximas reuniões haverá prestação de contas da assistência social. A conselheira Silvana Hoffmann Velasques Moreira ressalta a importância dos conselheiros conhecerem quais são as prioridades dentro das demandas do idoso a fim de saber se os recursos estão sendo investidos adequadamente, e de forma efetiva no município. Juliane informou ainda que a próxima reunião do Conselho será dia nove de março. O presidente Odalir Schneider agradeceu e presença de todos(as) e encerrou a reunião. Eu, Ediane Bergamin, redigi esta ata, que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.